

ATA Nº 12/2019 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE. Aos vinte e quatro dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, localizada na Rua 1822, número 1510, neste município, os representantes do Conselho Municipal de Saúde. **Estiveram presentes os seguintes conselheiros Gestão 2019-2021:** Mateus Canton Markoski (Suplente/Secretaria de Saúde); Kaita Helen Testoni (Titular/HMRC); Suzany Olibone (Titular/Secretaria de Saúde); Gustavo Ramalho Bisí (Titular/Secretaria de Saúde); Otávio José Zini Vieira (Titular/Associação Amigos e Tribos); Wilson Reginatto Junior (Titular/Amor Pra Down); Karina Gonçalves dos Passos (Titular/PAIS); Andréa Marcelino (Titular/Biblioteca Bem Viver); Thomas Herman S. Maciel (Suplente/Coopermar); Marcos Domainski (Titular/Comunidade Terapêutica Viver Livre); Felipe Sparrenberger (Suplente/ICED); Henrique Manoel Alves (Titular/OAB); Dineusa Aparecida Souza (Titular/NUCRESS - Vale do Itajaí); Cinira Gomes (Titular/CREFITO); Claudemir Gonçalves (Titular/CRP 12ª Região); Eliz Marine Wiggers (Suplente/CRP 12ª Região); Débora Guimarães (Titular/CRN10). Contando com a participação de Ketlin da Rosa Talevi (Casa dos Conselhos). **Documentos recebidos:** . A presidente Suzany inicia a reunião, cumprimentando os presentes. Antes da discussão da pauta, os conselheiros discutem acerca do melhor dia para reunirem-se na próxima vez e os conselheiros concordam que seja na sexta-feira. Quanto ao horário, os conselheiros votam unanimemente para as reuniões sempre ocorrerem às quatorze horas. Segue-se à discussão da pauta. **ITEM A. RELATÓRIO CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** A presidente informa que não houve recebimento por e-mail, de alguma ressalva do Relatório. Dineusa faz a sugestão de que conste após a palavra "Eixo", a descrição de cada um. Dineusa cita o item 21 do Eixo I: "Ter um profissional que trabalhe com as PICS, no acompanhamento neonatal no Hospital Ruth Cardoso, durante o trabalho de parto para o acolhimento, acompanhamento, apoio tanto da gestante quanto do pai". Dineusa diz que o termo correto seria "tanto da gestante e o acompanhante", porque nem toda mãe tem um parceiro, mas Suzany lembra no Relatório está escrito como foi votado, de maneira que não pode ser retificado. Sem alterações, o relatório é colocado em votação pela presidente e aprovado por unanimidade. **ITEM B. METAS DO PLANO MUNICIPAL.** Suzany pergunta se há alguma alteração necessária sobre as metas. Wilson cita o item 04, do Eixo I: "Ampliar a cobertura das equipes da estratégia da família bem como adequar os horários de trabalho das equipes ao horário de atendimento das unidades de saúde em todos os bairros, em especial o bairro centro" e diz que deveria ser quantificado as metas. Suzany explica que isto já está especificado no texto. Os conselheiros falam que há o número de equipes, mas não quantas serão ampliadas e dizem que essa informação deveria estar nas metas e quantitativos atuais constar nos indicadores. Andressa fala sobre a cobertura das equipes de ESF estar em cinquenta e três por cento e informa que, para ampliação das equipes, é necessário liberação do Ministério da Saúde e envolvendo variáveis como recursos. Andressa diz que, com o perfil do Ministério, já foi pautado que não haverá recurso financeiro para construção de obras, mas tão somente para manter o que já existe, sendo necessário assim, fazer muita coisa com recursos próprios. A conselheira diz que o diretor da Atenção Básica pode estratificar melhor as informações sobre a situação atual e onde querem chegar com a cobertura e quanto será feito para os próximos anos. Wilson faz uso da palavra e cita que há duas situações: o que o município precisa e a quantidade de verba disponível, dessa forma, independente de verbas ou outras variáveis externas, acredita que haja necessidade de contemplar pelo menos um diagnóstico do que se tem e do que se pretende. Andressa diz que isso será colocado no Plano, conforme a necessidade real que já existe e diz que a questão e quanto a estrutura física. Otávio diz que é preciso explicitar os indicadores das metas. Andressa diz que compreende o que Otávio quer dizer e exemplifica o caso da necessidade de ter uma Unidade Básica de Saúde porte quatro, no Bairro São Judas, com três equipes de ESF e fala que é impossível construí-la com recursos próprios, por isso vem sendo pleiteado desde o ano de dois mil e dezessete, recursos pelo Ministério da Saúde, por meio de vários pedidos, ofícios comprovando o número de equipes para ter aporte financeiro e até o momento não se conseguiu. Otávio sugere a negociação com as empreiteiras - que já estão tendo problema - e cobrá-las. Andressa esclarece que isso já está sendo feito e fala que há outras ações ocorrendo com outras secretarias e a Saúde nunca foi contemplada. Andressa espera que algo, partindo do COMUS, ajude para que recursos venham para a Saúde também, pois o apoio dos conselheiros seria importantíssimo, diz a conselheira, a qual declara ainda que será descrito o que foi realizado em dois

mil e dezoito, bem como o que se pretende fazer nos próximos anos até dois mil e vinte e um e, com relação a meta, é com base na realidade da municipalidade e será identificado no Plano. Suzany indaga se há mais alguma coisa relevante no Eixo da Atenção Básica, se há alguma meta a acrescentar. Conselheiros dizem que seria a descrição da quantidade nas metas. Otávio esclarece com Suzany dúvidas acerca da meta que diz sobre implantação de ponto de apoio central nas Praias Agrestes e indicador N. 7, e a presidente afirma que refere-se ao que já se tem. Andressa reconhece a má elaboração do texto e esclarece trata-se do que foi implantado em dois mil e dezoito, uma equipe da ESF, que hoje cuida das Praias Agrestes: um consultório em Taquaras, outro no Estaleiro e mais um no Estaleirinho, dessa forma, Suzany solicita que seja refeito todo o texto. Conselheiros ressaltam a necessidade de constar a previsão orçamentária no Plano. Andressa diz que o seu medo é com relação ao recurso público, que pode chegar a não tê-lo. Otávio fala que caso não se consiga atingir as metas, por falta de recursos ou outras variáveis, pelo menos há como justificar o motivo posteriormente. Gustavo diz que sente-se preocupado no que tange a discussão do Plano, em ficar preso às metas quantificadas - que é responsabilidade do governo -, pois o Plano é extenso. Suzany diz que quanto às metas, já foi discutida e serão identificadas pela Secretaria de Saúde e o Conselho irá analisar. Conselheiros discutem sobre possibilidade de prazo de ampliação de trinta dias, para término da discussão e redação do Plano. Suzany pontua que se a Secretaria entregasse por e-mail o Plano pronto com a revisão, para o COMUS votá-lo na sexta-feira, não seria necessário mais um tempo. Wilson diz que, se o Conselho pode solicitar legalmente a ampliação do prazo - mesmo que não utilize, não vê motivos para não solicitar. Suzany coloca em deliberação a solicitação de prazo de mais trinta dias e pede que seja com ressalva de ser concluído o mais rápido possível, sendo necessário assim que a Secretaria envie o Plano corrigido também o mais rápido possível. Coloca-se em deliberação e é aprovado por unanimidade. Suzany diz que no presente dia irá solicitar. Andressa faz uso da palavra e diz que, apesar do Plano não ter estado em sua responsabilidade, mas o atraso ocorreu, assume um pouco dessa culpa e fala que vários problemas internos ocorreram de mudanças de direção, inclusive havendo necessidade da direção do planejamento, passando para Scheila, que assumiu há três meses. Andressa diz que, quando fez a leitura do Plano, relata que se assustou com o que leu, por ser irreal, não ter sido pensado, planejado, de modo que, tudo o que está sendo feito no âmbito do Conselho, apesar de estarem correndo contra o tempo, precisa ser um Plano coeso, que venha realmente trazer benefícios para a população. Em nome da Secretaria de Saúde, Andressa reitera que assume um pouco da culpa e pede desculpas pelo momento que se está vivendo, com a necessidade de concluir o Plano o quanto antes, mas com seriedade e responsabilidade. Dineusa diz que esse é o objetivo do grupo constituído COMUS, trabalhar para que a saúde de Balneário Camboriú caminhe e para cumprir o correto. Otávio fala que, estando o Plano com tudo correto, poderão cobrar o motivo de antes não ter enviado antes e Wilson concorda dizendo que se pode cobrar dos políticos. Scheila faz leitura das solicitações de alteração feitas pelos conselheiros e diz que já estão quase finalizadas e relata o que está aguardando retorno quanto à dados da Vigilância (quanto ao motivo da quebra do raio-x), da Vigilância noturna e do CEFIR (sobre as atividades). Suzany relata sobre a inclusão de solicitação de relatório da Farmácia Municipal, da Atenção Básica e da Especializada para constar no Plano. Otávio lembra sobre ter sido pedido inicialmente quanto à aprovação do Pacto Federativo 2017/2021, mas que já está aprovado. Suzany e Ketlin afirmam que o Pacto já está aprovado. Scheila indaga se há mais alguma alteração no quadro onde os conselheiros pontuaram sobre as metas e indicadores da Atenção Básica, pois ela pode levar ao diretor, o qual traz os números e faz-se a revisão para enviar ao Conselho. Otávio diz que, há sugestões provenientes da Conferência, mas que não significa serem possíveis realizar. Suzany diz que quanto ao que cabe em âmbito municipal, é possível incluir no Plano. É sugerido que ao lado de cada meta seja descrito o ano em que foi lançada. Otávio afirma que as sugestões da Conferência precisam ser aprovadas no COMUS. Ketlin ressalta que a Conferência é soberana ao Conselho e à Secretaria, esta que também não pode questionar o que foi aprovado no evento. Scheila diz então que irá especificar ao lado das metas, as propostas aprovadas na Conferência. Gustavo lembra que Mateus irá enviar a Prestação de Contas por e-mail. Suzany pede que os conselheiros façam o levantamento das ressalvas, para que na sexta-feira seja votado. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a reunião e eu, Francielly Raquel



Domingues Vianna, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelos conselheiros presentes, para que surta os efeitos legais.





